





PARADA DO ORGULHO LGBT

A VOZ E O VOTO

Felipe Borba

Cientista político

Nas últimas duas décadas, temos assistido no Brasil a multiplicação e o crescimento dos eventos que celebram a luta pela diversidade sexual. Entre as diferentes formas de manifestação, as Paradas do Orgulho se tornaram os eventos de maior visibilidade da comunidade LGBT. Elas nasceram nos Estados Unidos no final da década de 1960, tendo como pautas centrais a reivindicação do fim da discriminação e da violência homofóbica. A primeira versão nacional das paradas ocorreu em meados da década de 1990 no Rio de Janeiro. O sucesso foi tanto que, somente em 2008, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) registrou a ocorrência de mais de 195 paradas em todas as unidades da federação. Nesse mesmo ano, o recorde foi atribuído à cidade de São Paulo, com 3,4 milhões de manifestantes (Jesus, 2010; Ferreira, 2012).

Este artigo tem por objetivo mostrar o resultado de uma pesquisa de opinião feita com os participantes da 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT ocorrida no Rio de Janeiro em 2016. A pesquisa não teve como propósito mapear os atos de violência e discriminação a que estão submetidos os membros da comunidade LGBT ou detalhar quais são as principais bandeiras e reivindicações do movimento. Outras publicações já se dispuseram a realizar essa tarefa e com êxito, como os relatórios sobre violência homofóbica, publicados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República em diferentes oportunidades, e os trabalhos do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O interesse principal foi levantar informações sobre o perfil social e político

dos ativistas presentes nesse encontro e tentar entender as suas atitudes e o que pensam sobre política partidária e eleitoral. Entre as principais preocupações, constavam a curiosidade de saber a faixa etária dominante, os níveis de renda e escolaridade, o local de moradia, o grau de interesse por política, o posicionamento ideológico, a preferência partidária, a concordância com temas controversos em debate na sociedade brasileira atual, até mesmo a expectativa de voto para presidente em 2018 e a avaliação sobre o presidente Michel Temer. Até onde é conhecimento do autor, não há registro de estudo semelhante.

Os resultados mostram perfil socioeconômico e político peculiar: os participantes da 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT são majoritariamente jovens, de alta escolaridade, baixo poder aquisitivo, com alto interesse por política, de esquerda e com preferência pelos partidos políticos desse espectro ideológico, como PSOL e PT. Lula é o candidato favorito para vencer as eleições presidenciais de 2018 e Michel Temer tem avaliação de governo pior do que a registrada pelos institutos de pesquisa em nível nacional. O público presente no encontro mostra ainda ser progressista, ao afirmar ser favorável a políticas de distribuição de renda e reparação social como o Bolsa Família e a política de cotas para negros, entre outras.

O artigo não se preocupa somente em traçar aspectos poucos conhecidos dos ativistas da comunidade LGBT. Ele é acompanhado por uma discussão metodológica sobre as técnicas e os procedimentos de coleta de dados em protestos. Desde 2013, ano do ressurgimento das manifes-

tações de massa no Brasil, observa-se o crescimento das pesquisas que realizam entrevistas no ato do protesto. Os *surveys protest*, como essa modalidade de pesquisa é conhecida internacionalmente, ganhou novo vigor com as passeatas a favor e contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, mas os estudos derivados de tais manifestações não foram acompanhados de uma discussão sobre como obter dados válidos e confiáveis retirados de uma amostra dessa população. Assim sendo, a seção seguinte do artigo fornece o panorama geral da evolução dos estudos feitos em protestos e como tais estudos serviram de base para a metodologia aplicada na 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro.

OS SURVEYS PROTEST

Os *surveys protest* – o ato de aplicar questionário estruturado a uma amostra de manifestantes no momento do protesto – têm por objetivo levantar três informações básicas: o perfil de quem protesta, o motivo do protesto e como os manifestantes foram mobilizados. O estudo de Frank Parkin (1968) sobre o radicalismo da classe média britânica é apontado como o pioneiro, mas esse campo de pesquisa evoluiu a partir dos anos 2000. Em revisão da literatura, Walgrave, Wouters e Ketelaars (2016) localizaram 40 publicações entre 2004 e 2015, atestando o vigor recente dessa abordagem metodológica.

No Brasil, os *surveys* com ativistas no ato do protesto são bem mais recentes. Essa modalidade de pesquisa, até onde é conhecimento do autor, surge a partir das manifestações políticas de junho de 2013, durante a disputa da Copa das Confederações, quando *surveys* foram realizados

para medir o perfil político dos manifestantes e entender as suas reivindicações (Singer, 2013). Os *surveys protest* ganharam ainda mais destaque durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, momento em que as ruas das principais cidades do país foram ocupadas por manifestantes a favor e contra o pedido de impeachment da ex-presidente. São exemplos os estudos feitos pelo Grupo Opinião Pública da UFMG, em Belo Horizonte (Telles, 2015a,

2015b), do Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Unirio, no Rio de Janeiro¹, e as séries de entrevistas do Instituto Datafolha e do Núcleo de Estudos de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (NEOP/FPA), ambas em São Paulo.²

A literatura especializada sugere que o *survey* feito durante a manifestação é o método apropriado para conhecer o perfil de quem protesta e suas motivações. A sua principal vantagem é coletar as

informações levando em consideração o contexto do protesto. Enquanto o *survey* feito a partir de uma amostra retirada da população é útil ao fornecer evidências sobre o perfil padrão de quem declara participar de tais eventos,³ por outro lado não possibilita comparar o perfil dos ativistas mobilizados por diferentes temas, como se manifestações a favor da deposição de um presidente fosse compostas pelas mesmas pessoas que reivindicam o fim dos maus-tratos contra animais. Norris, Walgrave e Van Aelst (2005), por exemplo, encontraram variações significativas no perfil socioeconômico e nas atitudes de ativistas belgas que participaram de oito diferentes manifestações.

A pesar dessas vantagens, os *surveys protest* encaram desafios metodológicos complexos. Os protestos são atos temporários e esporádicos. A abordagem dos ativistas e as entrevistas devem ser conduzidas num curto espaço de tempo, o que força o estudo a ser conduzido por numerosa equipe. Além de rápidas, algumas manifestações são convocadas em cima da hora, forçando o pesquisador a preparar o trabalho de campo com pouca antecedência. As manifestações são fenômenos sociais e os seus participantes podem ser receptivos ou agressivos em relação aos entrevistadores. Nesse último caso, a pesquisa pode ser comprometida pela recusa de participação dos ativistas.

A principal fragilidade do *survey protest* é a sua capacidade de gerar dados válidos e confiáveis. Duas são as questões metodológicas que limitam a aceitação de seus resultados: a seleção da amostra e o modo de entrevista. Os protestos são compostos por população desconhecida



sem o registro de uma lista de onde se possa sortear os indivíduos. Desde os seus estudos inaugurais, diferentes metodologias foram usadas para tentar aproximar a amostra o máximo possível da aleatoriedade. As técnicas evoluíram desde o método que atribuía “bom senso” ao pesquisador, portanto vulnerável ao viés de seleção desse pesquisador, até procedimentos técnicos mais rigorosos.

Nas entrevistas feitas durante a 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT, no Rio de Janeiro, a pesquisa procurou criar procedimento de seleção dos entrevistados que desse a todos os participantes uma chance de ser incluído na amostra. Os entrevistadores, estudantes e ex-estudantes do curso de graduação em Ciência Política da Unirio que se voluntariaram para o trabalho, foram divididos em quatro equipes que alternaram o horário de chegada. A primeira equipe chegou ao local às 11h e as demais ao meio-dia, às 13h e às 14h. Em todos esses horários, os entrevistadores dividiram-se ao longo da marcha: uma equipe cobriu a parte da frente da Parada, outra a parte intermediária e a última a parte de trás. O objetivo foi cobrir toda a extensão da Avenida Atlântica desde a abertura até o encerramento da manifestação.

A falha do procedimento é atribuir ao entrevistador a decisão de escolher o entrevistado. Walgrave e Verhust (2011) mostram que existem diferenças no perfil dos ativistas quando o método escolhido não é randômico. Em geral, a amostra tende a incluir pessoas com escolaridade e interesse por política acima da média quando a decisão da pessoa que será entrevistada é tomada pelo entrevistador. Para minimizar esse problema, no *survey*

feito em Copacabana, os entrevistadores foram orientados a não “caçar” entrevistados na multidão. Após o encerramento de uma entrevista ou após a recusa de um manifestante, o entrevistador deveria abordar a primeira pessoa que passasse a sua frente no intervalo de um a dois minutos. Como a passeata não era estática e caminhava homogeneamente na mesma direção, esse intervalo de tempo mostrou ser adequado por alterar a composição das pessoas próximas do entrevistador. No total, foram concluídas 185 entrevistas.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PÚBLICO DA 21ª EDIÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT

A 21ª Edição Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro aconteceu no dia 11 de dezembro de 2016, na orla de Copacabana, organizada pela ONG Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. O evento estava previsto para acontecer em outubro, mês em que a Parada é tradicionalmente organizada, mas a falta de verbas empurrou a marcha para o final do ano. Segundo os organizadores do evento, a manifestação reuniu 600 mil pessoas, que começaram a chegar à Avenida Atlântica ainda de manhã.

É possível dizer que o público presente apresenta perfil socioeconômico bem definido. A marcha é composta predominantemente por jovens, pessoas com alta escolaridade, de baixa renda e morador da cidade do Rio de Janeiro. Dos participantes, 62% localizam-se na faixa etária até 24 anos, 22% entre 25 e 34 anos e 16% com idade acima de 35 anos. No corte por nível de escolaridade, 45% possuem ensino superior, 49% ensino médio e somente 6% estudaram até o nível fundamental. O poder aquisitivo contrasta com a escolaridade: 41% possuem renda mensal própria até dois salários mínimos, 35% entre dois

e cinco salários e somente 14% declaram renda acima de cinco salários – o restante preferiu omitir quanto faturava por mês.

A maioria mora na cidade do Rio de Janeiro, mas há contingente significativo de participantes oriundos de cidades vizinhas e outros estados, ressaltando o caráter turístico do evento. No total, foram identificadas pessoas de 35 cidades e 10 estados. O Rio de Janeiro representou 82% dos participantes, seguido por Minas Gerais (8%) e São Paulo (4%), Bahia (2%) e Brasília (2%). Entre os 151 participantes moradores da cidade do Rio de Janeiro, a capital liderou com 77%, seguida da Baixada Fluminense (principalmente Duque de Caxias) com 9% e da Região Serrana com 7%.

RAZÕES DA PARTICIPAÇÃO

Os manifestantes apresentaram diferentes motivos para estarem presentes. A maior parte conectada diretamente com a defesa dos direitos da população LGBT, porém não exclusivamente. O leque de reivindicações foi abrangente e diversificado. Houve desde declarações genéricas como “lutar pela classe”, “lutar por direitos”, “apoiar a causa” e “prestigiar o evento” a exigências mais específicas, como fim da violência contra homossexuais e o apoio ao Projeto de Lei João Nery de Identidade de Gênero.

Inúmeros participantes, no entanto, afirmaram estar lá por diversão ou curiosidade para conhecer. Esse grupo de pessoas justificou a presença no ato com o objetivo de “se divertir”, “acompanhar um amigo/amiga”, “curtir o evento”, “dançar”, “ouvir música”, “beber”, “conhecer novas pessoas” ou simplesmente “conhecer” e “ver como é”, o que sinaliza para o tom festivo que também caracteriza o evento.

Tabela

Nível de Concordância sobre Temas e Políticas*

*A partir da proposição: "Vou ler agora algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda, concorda em parte, não concorda nem discorda, discorda em parte ou discorda".

No total, 64% dos participantes foram à passeata para defender pautas ligadas à causa LGBT, 23% por diversão, 9% por curiosidade, e os 4% restante por motivos diversos como “trabalhar”.

PERFIL POLÍTICO, IDEOLÓGICO E PARTIDÁRIO

O perfil político é igualmente bem definido. Os membros da comunidade LGBT presentes na 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT são pessoas com alto interesse por política. A soma percentual entre os que afirmam ter alto (27%) ou médio (47%) interesse por política alcança cerca de 75%, uma proporção acima da média da população nacional, em que normalmente predomina o baixo interesse

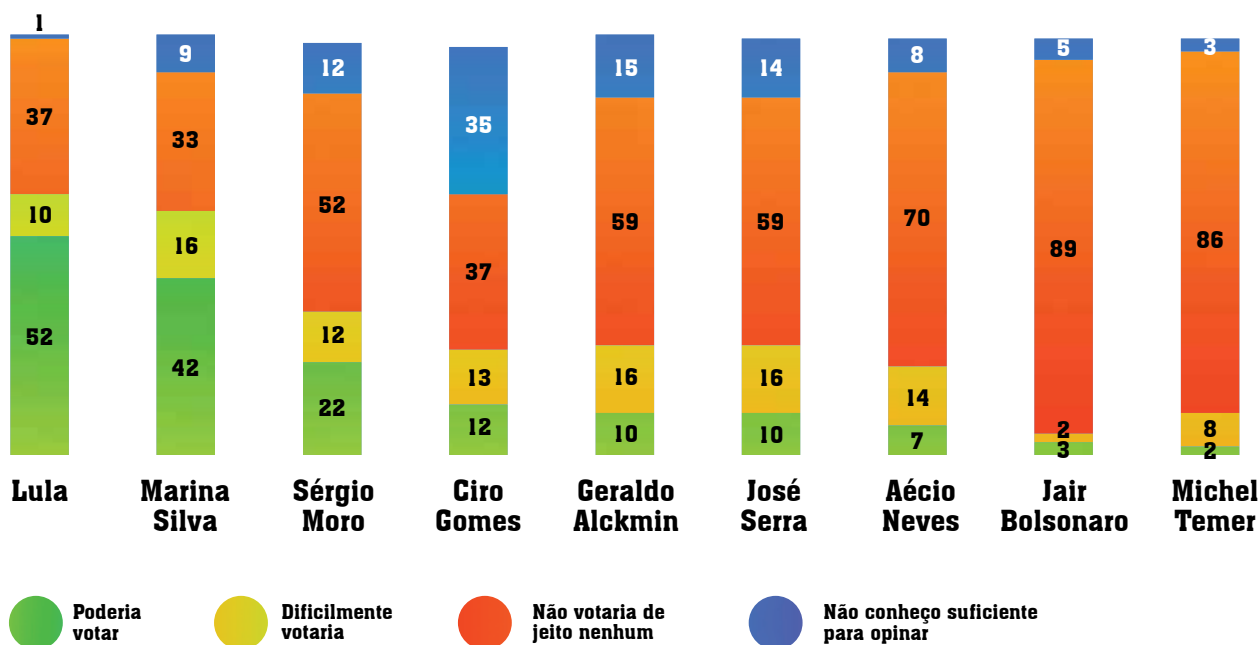
(Dias e Kerbauy, 2015). A identificação ideológica também se encontra em patamares elevados se comparados com a realidade brasileira, porém a preferência por algum partido político é baixa e não difere muito do que os *surveys* nacionais sugerem (Braga e Pimentel, 2011; Carreirão, 2007). Aproximadamente 65% se autoposicionaram em algum ponto do eixo ideológico esquerda-direita. A maioria das pessoas (52%) se identifica com a esquerda, 9% são de direita e uma minoria de 4% é de centro – 35% não se ajustaram a nenhuma das opções ideológicas. Embora a preferência partidária seja baixa (60% diz não ter preferência por nenhum partido), PSOL e PT são as opções mais citadas, como 21% e 10%, respectivamente. Os

partidos mais conservadores, PMDB e PSDB, por exemplo, quase não são citados, aparecendo com 1,1% e 2,2% da preferência, respectivamente.

Quando questionados sobre a adesão a temas e questões políticas polêmicas em debate na sociedade brasileira, o lado progressista dos participantes sobressai. Algumas dessas adesões eram esperadas, como adoção de crianças por casais do mesmo sexo, tema praticamente consensual (96%). Outras surpreenderam, como o apoio de 51% dos entrevistados favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos no Brasil (ver Tabela). A aderência à redução da maioridade penal para 16 anos possivelmente é explicada pelo contínuo quadro de violência e discriminação que

Gráfico

Expectativa de Voto para Presidente em 2018*



*A partir da proposição: “Agora eu vou ler o nome de alguns políticos que podem se candidatar a presidente em 2018 e gostaria que você me dissesse a chance de votar nele”

assola o cotidiano da população LGBT no Brasil. O último relatório de violência homofóbica, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos com dados consolidados de 2013, informa que os jovens entre 15 e 30 anos compõem a principal faixa etária de suspeitos de cometerem tais violações (Brasília, 2016). Parece ser natural, portanto, que membros da comunidade LGBT sintam-se mais protegidos com o acirramento da punição penal a menores de idades.

O programa Bolsa Família e a política de cotas para negros, programas de distribuição de renda e compensação social criados pelos governos do PT e alvo de críticas por setores mais conservadores da sociedade, são bem vistos pela comunidade LGBT. 52% dos entrevistados discordam da frase de que o programa Bolsa Família estimula a preguiça, enquanto 66% discordam da afirmação de que a políticas de cotas para negros deveria acabar. Os manifestantes revelaram ser contrários aos princípios do projeto Escola Sem Partido. Nada menos do que 67% discordaram da afirmação de que os professores deveriam ser proibidos de expressar opinião política em sala de aula. O direito da mulher de interromper a própria gravidez e o uso de drogas leves também recebem o apoio dos entrevistados. Uma ampla maioria de 71% concordou com a liberalização da maconha e 66% com a permissão do aborto.

EXPECTATIVA PARA 2018 E GOVERNO TEMER

Apenas dois possíveis candidatos são alternativas reais de voto na próxima eleição presidencial para os membros presentes à marcha (ver Gráfico). Lula surge como candidato o favorito, com 52% dos entrevistados afirmando que “poderiam

votar” nele, contra 37% que “não votariam de jeito nenhum”. Marina Silva aparece como a segunda escolha com 42% que “poderiam votar” nela e apenas 33% que não votariam de “jeito nenhum”. O juiz Sérgio Moro tem o possível apoio de 22% dos entrevistados, mas 52% declaram que não “votariam nele”. Os políticos do PSDB são altamente rejeitados. Entre o público presente à parada público LGBT, 59% afirmaram que não votariam em José Serra e Geraldo Alckmin e 70% em Aécio Neves. Os campeões de rejeição, no entanto, são o deputado federal Jair Bolsonaro (89%), como era esperado pela sua luta enfática contra a população LGBT, e o presidente Michel Temer (86%). Ciro Gomes é o menos conhecido entre todos (35%) e tal desconhecimento ajuda a explicar sua baixa expectativa de voto e também a sua baixa rejeição.

A rejeição a Michel Temer está possivelmente relacionada à baixa avaliação de seu desempenho como presidente. Apenas um por cento dos entrevistados avaliou o seu governo como ótimo ou bom, 16% como regular e 76% como ruim ou péssimo – os 7% restantes não responderam ou não souberam como avaliar. Esses percentuais negativos superam muito os números divulgados pelo Instituto Datafolha para a totalidade do eleitorado. Em pesquisa concluída em dezembro, na mesma época em que os questionários foram preenchidos em Copacabana, o governo de Michel Temer era avaliado como ruim ou péssimo para 51% dos brasileiros, ótimo ou bom para 10% e regular para 34%. É nítida, portanto, a discrepância de avaliação de desempenho entre a comunidade LGBT e o brasileiro médio.

NOTA FINAL

Os dados obtidos na 21ª Edição da Parada do Orgulho LGBT não podem ser generalizados para além da passeata, mas oferecem *insights* interessantes sobre o pensamento e as atitudes da comunidade LGBT. Consideradas as condições específicas de onde as entrevistas foram feitas, as informações podem ser úteis para preencher uma lacuna existente nos estudos eleitorais brasileiros que até o momento não se preocuparam em mapear o comportamento eleitoral do público LGBT. Essa ausência é ainda mais sentida quando existe produção teórica e empírica sobre a decisão de voto de outros grupos minoritários da sociedade brasileira, como as classes sociais desfavorecidas (Peixoto e Rennó, 2011; Soares e Terron, 2008), os negros (Almeida, 1998) e as mulheres (Alves, 2012; Cavenaghi e Alves, 2012).

Ao mesmo tempo, o artigo espera ter contribuído para o desenvolvimento das técnicas de coletas de dados em atos políticos. Ainda que o tamanho da amostra tenha ficado abaixo do que se observa nos estudos internacionais, o método proposto buscou superar as limitações típicas das pesquisas feitas em protestos e, assim, estimular debate para aprimorar ainda mais os estudos que serão feitos daqui por diante. ●

Esse artigo não seria possível sem os alunos e ex-alunos da Unirio, do curso de graduação em Ciência Política da Unirio, que voluntariamente ajudaram a aplicar os questionários num domingo de sol com muito calor no Rio de Janeiro. Alice Vieira, Amanda Stelitano, Bruno Monteiro, Camila Craveiro, Douglas Curvelo, Edson Mendes, Eduardo Brito, Gabriela Stehl, Hyago Bandeira, Julia Vianna, Lorena Miguel, Victor Pimenta, Luan Cardoso Ferreira, Michele Diana da Luz, Natália Médici, Raphael Freitas e Seymour Souza também são autores deste artigo.

O autor é Professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
felipe.borba10@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. *Como vota o Brasileiro*. Editora Xama. São Paulo, 1998.
- ALVES, J.E.D. Diferenças sociais e de gênero nas intenções de voto para presidente em 2010. In: Alves, J.E.D.; Pinto, C.R.J.; Jordão, F (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo, ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; CARLA, A. "Polarização e protesto político no Brasil". Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências 2016-2017 do Departamento de Ciência Política do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2016.
- BRAGA, M.S.S.; PIMENTEL, J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.
- BRASIL. "Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano 2013". Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2016.
- CARREIRÃO, Y.S. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p.307-339, 2007.
- CAVENAGHI, S.; ALVES, J.E.D. Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. In: Alves, J.E.D.; Pinto, C.R.J.; Jordão, F (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo, ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- DIAS, A.L.V.; KERBAUY, M.T.M. "Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros". *Revista de Sociologia e Política*, v.23, n.56, p. 149-181, 2015.
- FERREIRA, G. Arco-Íris em disputa: a "Parada da Diversidade" em Florianópolis. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- JESUS, J.G. O protesto na festa: política e carnavalização das Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2012.
- NORRIS, P.; Walgrave, S.; Van Aelst, P. "Who Demonstrates? Anti-State Rebels or Conventional Participants? Or Everyone?" *Comparative Politics*, v. 37, n. 2, p. 251-75, 2005.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 304-332, 2011.
- RIBEIRO, E. *Participação Política na América Latina*. Editora da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 97, p. 23-40, 2013.
- SOARES, G.A.D.; TERRON, S. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2008.
- STEKELBURG, J.; WALGRAVE, S.; KLANDERMANS, B.; VERHULST, J. "Contextualizing contestation: framework, design, and data". *Mobilization: An International Journal*, v.17, n. 3, p. 249-262, 2012.
- TELLES, H.S. "O que os protestos trazem de novo para a política brasileira?". *Em Debate*, v.7, n. 2, p. 7-14, 2015.
- TELLES, H.S. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política Nacional? *Interesse Nacional*, v. 8, p. 28-46, 2015.
- WALGRAVE, S.; VERHULST, J. "Selection and response bias in protest surveys". *Mobilization: An International Journal*, v. 16, n. 2, p. 203-222, 2011.
- WALGRAVE, S.; WOULTERS, R.; KETELAARS, P. "Response problems in the protest survey design: evidence from fifty-one protest events in seven countries". *Mobilization: An International Journal*, v. 21, n. 1, p. 83-104, 2016.

NOTAS DE RODAPÉ

1. O resultado da pesquisa do Grupo de Investigação Eleitoral da Unirio foi publicado no jornal Valor Econômico no dia 15/04/15 ("Perfil elitizado é a marca dos manifestantes").
2. O Datafolha conduziu as entrevistas a favor do impeachment nos dias 15/03/15, 12/04/15, 16/08/15 e 13/03/16 e contra nos dias 20/08/15, 16/12/15 e 18/03/16. O NEOP/FPA fez as entrevistas nos dias 13 e 15 de março de 2015. Uma discussão dos resultados obtidos pelo NEOP/FPA pode ser visto em Borba, Ribeiro e Ayres (2016).
3. No Brasil, o perfil dominante é constituído por pessoas escolarizadas e com interesse por política (Ribeiro, 2015).